

Os usuários da informação cegos, surdos e surdocegos nas bibliotecas

André Luís Onório Coneglian

Ana Paula Pereira

Layara Feifer Calixto Seco

Adriana Rosecler Alcará

Sueli Bortolin

Como citar: CONEGLIAN, A. L. O.; PEREIRA, A. P.; SECO, L. F. C.; ALCARÁ, A. R.; BORTOLIN, S. Os usuários da informação cegos, surdos e surdocegos nas bibliotecas. *In:* CASARIN, H. de C. S. (org.) **Usuários da Informação e Diversidade**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 113-145.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-148-5.p113-145>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Capítulo 4

André Luís Onório Coneglian
Ana Paula Pereira
Layara Feifer Calixto Seco
Adriana Rosecler Alcará
Sueli Bortolin

OS USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO CEGOS, SURDOS E SURDOCEGOS NAS BIBLIOTECAS

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo consiste em abordar os aspectos histórico-conceituais da cegueira, surdez e surdocegueira, assim como as habilidades necessárias para o bibliotecário atuar com esses usuários. O texto se constituiu a partir de um recorte de pesquisas mais amplas realizadas no âmbito de duas dissertações de mestrado¹ e de uma breve revisão de literatura não sistemática, com abordagem qualitativa, realizada por meio de uma busca e análise de estudos da Ciência da Informação e da Educação.

Há iniciativas e pesquisas na Ciência da Informação voltadas tanto para os surdos quanto para os cegos com o foco nas chamadas tecnologias assistivas. Ao fazer uma busca na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) com os termos *deficiente visual*, *deficientes visuais*, *cego*, *cegos*, *deficiente auditivo*, *deficientes auditivos*, *surdo*, *surdos*, *surdocegos* e *surdocegueira* obtivemos como resultado: 28 itens voltados para cegueira, 24 referentes a temática surdez e apenas um item para pessoas surdocegas.

Destacamos que esses trabalhos foram publicados no período de

¹ PEREIRA, A. P. **A competência em informação dos pais de surdos**. Orientadora: Adriana Rosecler Alcará. 2020. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

SECO, Layara Feifer Calixto. **Mediação e inclusão informacional para musicistas cegos**. Orientadora: Sueli Bortolin. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

2001-2020 e a maioria encontra-se na revista da Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB) em 2008². Dessa forma, fica evidente que as investigações, nas últimas décadas, com maior frequência estão mais ligadas aos cegos do que aos surdos. No Brasil, os estudos relacionados aos sujeitos surdocegos são escassos ou ficaram na invisibilidade, da mesma forma que esses sujeitos, em sua maioria, ainda permanecem.

A Lei de Diretrizes e Bases (Lei Federal 9.394/1996) em seu capítulo V Art. 58, que recebeu nova redação pela Lei nº 12.796/2013, entende “[...] por educação especial, para efeitos de Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” (BRASIL, 2013, n. p.).

A deficiência compreende a deficiência física (motora), deficiência sensorial (visual e auditiva), deficiência intelectual e deficiência múltipla (associação de duas ou mais deficiências, por exemplo, a surdocegueira). Neste capítulo abordaremos a deficiência visual, a auditiva e a surdocegueira.

Historicamente, as diferentes sociedades excluíram – e ainda excluem – pessoas com deficiência. O acesso à educação, conhecimento, informação, leitura, literatura, cultura e lazer é insistentemente negado a elas, com grandes prejuízos à convivência de maneira socialmente digna (RELATÓRIO..., 1981) para a efetiva apropriação nos ambientes informacionais.

Nas últimas décadas podemos perceber diferentes esforços em unidades de informação para promover a acessibilidade, porém, não pode ficar restrita ao espaço físico, precisa ser ampliada também aos recursos informacionais, produtos, serviços e às diferentes formas de leitura e informação. Há muito a ser realizado nas bibliotecas visando os sujeitos cegos, surdos e surdocegos de modo a promover equidade, inclusão e o sentimento de pertencimento nesses espaços. A Biblioteconomia há

² Talvez isso se explica porque em 2007 foram realizados em Florianópolis os eventos: XXVI Painel *Biblioteconomia em Santa Catarina* que abordou o tema a “Acessibilidade à informação: tecnologias e práticas inovadoras” e o V Seminário Nacional de Bibliotecas Braille (SENABRILLE) com o tema “Tecnologias para acessibilidade ao livro e à informação pelos portadores de deficiência visual” (EDITORIAL, 2008, p. 5).

muitos anos desenvolve projetos visando atender os sujeitos com cegueira. Isso acontece desde os tempos em que a forma mais usual de acesso à informação pelos cegos era por meio dos livros em Braille.

Para tanto, o bibliotecário precisa de habilidades e estratégias para propor ações que atendam de forma adequada esse público, especialmente com visão crítica, reflexiva e acolhedora. Sampaio e Farias (2020, p. 21) destacam que “[...] a efetivação de uma biblioteca inclusiva requer esforço e sensibilidade contínua do bibliotecário, pois, quando este compreende seu papel e reconhece sua influência na sociedade, está sempre reinventando e criando possibilidades em sua prática laboral”.

Assim, nas próximas seções procuramos caracterizar a cegueira, a surdez e a surdocegueira, no sentido de promover uma reflexão em relação às habilidades dos bibliotecários e demais profissionais envolvidos com as bibliotecas.

2 SUJEITOS CEGOS

Ao nascer, a criança possui os órgãos da visão imaturos e não tem a capacidade de enxergar como um adulto; do nascimento até aproximadamente oito anos de idade a visão pode ser aperfeiçoada ou deteriorada. Sousa (1997) discorre que durante esse processo de maturação o cérebro precisa receber informações claras e precisas, por esse motivo comunica-se abertamente com a retina para melhorar as informações do ambiente.

Durante a juventude os olhos modificam-se muitas vezes, mas a partir da meia-idade, em consequência do envelhecimento, essas alterações afetam seu desempenho normal, acarretando gradativamente dificuldades para enxergar com nitidez objetos próximos.

A ausência da visão pode ser avaliada por perspectivas sociais, anatômicas ou pedagógicas, mas como comenta Amiralian (1997), são apenas recortes de um agrupamento de circunstâncias a que os indivíduos cegos estão suscetíveis, uma vez que pertencem a um núcleo familiar, uma religião, uma cultura que assimila a cegueira de uma determinada maneira.

A autora supracitada comenta que durante muito tempo as Ciências Médicas perceberam a cegueira como uma consequência de outras

doenças e buscavam reduzi-la almejando cada vez mais qualidade de vida para o indivíduo cego. Para tal fim, analisaram as condições da capacidade visual de indivíduos cegos e com baixa visão que corroboraram para trazer à luz medidas avaliativas visuais, como acuidade e campo visual.

A partir da década de 1970 as Ciências Médicas passaram a considerar dois ramos de diagnóstico para identificar o nível de deficiência visual: a acuidade visual e a baixa visão. De acordo com Ormelezi (2000) os avanços educacionais e médicos almejados nessa época proporcionaram a mudança da classificação de cegueira, apoiando-se na capacidade da visão, e não mais na acuidade visual, que identificava um sujeito como cego, no entanto, ele aplicava visão residual para ocupações habituais, leitura em tinta e escrita.

O conceito de cegueira total se aplica à inexistência de percepção luminosa em que se qualificam cegos parciais, indivíduos cujo campo visual é restrito a um ângulo de 20 graus ou menos, já que não conseguem visualizar o ambiente em sua totalidade, como afirma Ormelezi (2000). Consequentemente, os sujeitos afetados por essa condição conseguem contar os dedos a curta distância e visualizar vultos; precisam de recursos pedagógicos e equipamentos educacionais adaptados, além do alfabeto braile para leitura e escrita.

Próximos da cegueira total estão indivíduos que têm apenas percepção e projeção luminosas (ROCHA; RIBEIRO-GONÇALVES, 1987). As causas da diminuição da visão podem ser diversas e são classificadas como *congênitas* (diagnosticadas no nascimento) e *adquiridas*, que sobrevivem mediante doenças, além de traumas oculares, alcoolismo, drogas, radiações e infecções como sífilis, rubéola, toxoplasmose.

Do ponto de vista clínico, a baixa visão é definida como a ausência severa de visão ou a debilidade visual que ocasiona diminuição da capacidade de enxergar mesmo após tratamento e correção de erros de refração (MASINI; GASPARETTO, 2007). Nesta, a acuidade visual, ou seja, a percepção de contornos e objetos é inferior a 20/60, no melhor olho e após correção máxima, ou seja, aquilo que uma pessoa com baixa visão consegue enxergar à distância de 20 metros, uma pessoa com acuidade visual total é capaz de ver à distância de 60 metros.

Indivíduos com baixa visão conseguem utilizar a acuidade visual

como meio principal de aprendizagem e não necessitam do alfabeto braille. Telford e Sawrey (1976) comentam que neste estágio da deficiência o educando consegue ler materiais impressos em tipos garrafais se forem utilizados recursos didáticos e auxílios ópticos para ampliação, ou é capaz de ler impressão normal em quantidades limitadas e em condições especiais.

Bruno (1993) e Telford e Sawrey (1976) afirmam que a limitação sensorial da visão cria uma maneira única de assimilação de mundo, uma vez que os indivíduos cegos buscam outras maneiras de sensibilidade. Além de acuidade e campo visual, comprometimentos significativos no âmbito funcional dos olhos são impostos aos indivíduos acometidos de baixa visão, tais como, sensibilidade ao contraste, adaptação à luz e escuridão, percepção de cores, limitação de locomoção, compreensão do meio, dificuldade de interação e acesso à informação, privação de vivências, limitações nas atividades rotineiras, prejuízo cognitivo e perceptivo, estigmas sociais que são revelados nos estereótipos culturais da pessoa com deficiência visual e seu autoconceito.

Telford e Sawrey (1976) afirmam ainda que esses indivíduos utilizam o tato e o movimento para ampliar sua noção de espaço, atividade que ocorre por intermédio da visão em pessoas videntes³. Os cegos congênitos constroem seu conhecimento de mundo a partir de estímulos diferentes dos utilizados por crianças videntes, mas isso não significa que sua cognição seja menos adequada, pois não tem deficiência significativa nessa área.

Os autores comentam que os estigmas sobre a deficiência visual são equivocados; opiniões e falsas interpretações da população subestimam o indivíduo cego, e indicam características de impotência, dependência ou de capacidades incomuns como a suposta intensificação da acuidade de outros sentidos (por exemplo, ouvido absoluto). Isso resulta em uma parca receptividade coletiva, em uma ausência de práticas sociais proativas que impedem o desenvolvimento de aptidões que possibilitariam sua independência.

Lira e Schindwein (2008) declaram que a criança cega se apropria de significados do seu ambiente e desfruta de experiências sociais por intermédio da linguagem; utilizando a atenção voluntária, percepção, memória e pensamento que modificam sua relação com o mundo e

³ Pessoas videntes são aquelas que não tem a visão comprometida.

reduzem as dimensões da perda da visão. Lograr os benefícios trazidos pelas tecnologias assistivas possibilitou aos indivíduos com deficiência visual uma relação natural com computadores e aparelhos celulares, que proporcionam interação e possibilitam a escrita e a leitura sem a mediação de terceiros.

Afirma Borges (2009, p. 99) que as tecnologias ampliam as possibilidades dos indivíduos cegos, oportunizando o envolvimento com outros meios de comunicação que permitam acesso a materiais produzidos ou utilizados por pessoas com deficiência visual, empregando sentidos de audição e tato: “[...] textos sintetizados ou copiados para painéis táteis, gravações de áudio, indicações sonoras, feedbacks de vários tipos para as ações tomadas etc.”

Ainda que as tecnologias assistivas desempenhem papel importante na atuação social do indivíduo cego, convém manejar o direcionamento adequado para a utilização de determinado recurso valendo-se de aspectos que acometem esse sujeito, tais como o interesse, o entusiasmo e a disponibilidade e acessibilidade dos recursos tecnológicos para descobrir suas preferências de acesso à informação (táteis, auditivas ou aproveitamento de resíduo visual) de modo que eles se apropriem da informação da maneira mais satisfatória possível. Melhor dizendo, o cego habilita-se a escrever e ser lido, além de ler o que já foi escrito utilizando as ferramentas de acessibilidade que forem mais apropriadas para sua situação (BORGES, 2009; BORGES, 2019).

O domínio da tecnicidade de aplicativos, programas de gerenciamento de recursos e ferramentas de acessibilidade proporcionam a pessoa com deficiência visual novos modos de organização individual e comunicação que, de outra forma, seriam inacessíveis a ele, além de fortalecerem a relação interpessoal entre pessoas cegas e videntes (BORGES, 2009).

As adaptações tecnológicas possibilitam a inclusão e trazem independência e autonomia à pessoa com deficiência, desde atividades básicas de autocuidado como comunicação, preparo de alimentos, tarefas ocupacionais, locomoção, cuidados com o lar, lazer, resolução de problemas, atividades profissionais e acadêmicas, promovendo interação e aprendizagem; e facilitam a prática de atividades que não poderiam ser

realizadas de maneira independente, como afirma Rodrigues (2007).

Borges (2009) argumenta que a internet criou um ambiente de acesso a textos publicados em qualquer lugar do mundo, compartilhamento de arquivos, *e-mails*, *chats* e até jogos *online*. Textos volumosos em Braille atualmente são produzidos rapidamente utilizando impressoras Braille e *softwares* para transcrição de textos; arranjos orquestrais podem ser elaborados acoplando instrumentos musicais eletrônicos a computadores, além da impressão de partituras com programas de transcrição para leitura.

O aproveitamento das tecnologias para inclusão de pessoas com deficiência visual trouxe demandas inovadoras ao bibliotecário quanto à aplicabilidade dos dispositivos e o desenvolvimento de estratégias e programas para formação de usuários. Gomes (2014) salienta o bibliotecário como o profissional que, partindo de princípios éticos, pode intermediar, possibilitar e facilitar o acesso à informação que está incorporada em suportes físicos e digitais, garantindo que as necessidades informacionais dos usuários sejam – parcialmente – supridas.

Acreditamos que as situações que envolvem a falta de informação em formatos adaptados e a constante superação de desafios e preconceitos tornam-se fatores desgastantes para o indivíduo que, para tanto, necessita de apoio familiar e educacional – incluímos aqui as bibliotecas – no sentido de fortalecer a autoestima e a capacidade de enfrentamento ante as adversidades. Sendo assim, confrontar obstáculos, apesar de incômodo, torna-se necessário para que os sujeitos não fiquem à margem do desenvolvimento tecnológico e intelectual oportunizado à população de sua época.

A inclusão desses indivíduos no meio social através de espaços de apoio, compreensão, estímulos e aceitação assegura a individualidade, autonomia e expectativas pela realização de aspirações de vida, trazendo à tona o sentimento de pertencimento. Ao incluir a acessibilidade no debate, vislumbramos que mudanças estruturais e de condutas no ambiente social estabelecem benefícios a esse nicho de usuários, pois enriquecem a compreensão de princípios que mostram a diferença como algo natural do homem e não como uma circunstância inconveniente. Essas premissas devem ser concebidas pelo meio social para melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência visual.

Esse é um processo desafiador e de superação social constante, contudo, a união ativa de bibliotecas, tecnologias e desenvolvimento social poderá garantir a esses indivíduos o direito de colaborar de maneira prática com a elaboração e disseminação do conhecimento. Ferreira (2008) afirma que pensar em ações inclusivas na biblioteca traz à luz medidas que ampliam, atualizam, aperfeiçoam e expandem serviços e recursos que acompanhem as tendências. Somente assim estará preparada para atender as necessidades informacionais desses usuários.

Portanto, segundo Silveira (2000, p. 13), “[...] considerando que as bibliotecas são organizações sociais dinâmicas, [...] devem centrar sua missão na utilidade social e na sua capacidade de contribuir efetivamente para o crescimento de seres humanos”, modificando-se para cumprir sua missão, seja com indivíduos cegos, surdos ou surdocegos. O mesmo pode ser dito em relação aos indivíduos surdos e surdocegos, condições que abordaremos nas seções a seguir.

3 SUJEITOS SURDOS

O uso da Língua de Sinais, seja na atuação do intérprete na TV ou de sujeitos surdos conversando em outro ambiente, apresenta à sociedade uma “nova” forma de comunicação e que existe um público para qual é direcionada. De forma geral, em nosso contexto conhecemos alguém surdo, seja um vizinho, um amigo, um familiar, que pode ter nos provocado a vontade de aprender Libras para melhor nos comunicar, mas existe também a possibilidade, por ser algo desconhecido, de causar distanciamento.

A deficiência auditiva, aferida por meio de audiometria, pode ser classificada em:

Audição normal - de **0 a 15 dB**.

Surdez leve – de **16 a 40 dB**. Nesse caso a pessoa pode apresentar dificuldade para ouvir o som do tic-tac do relógio, ou mesmo uma conversação silenciosa (cochicho).

Surdez moderada – de **41 a 55 dB**. Com esse grau de perda auditiva a pessoa pode apresentar alguma dificuldade para ouvir uma voz fraca ou o canto de um pássaro.

Surdez acentuada – de **56 a 70 dB**. Com esse grau de perda auditiva a pessoa poderá ter alguma dificuldade para ouvir uma conversação normal.

Surdez severa – de **71 a 90 dB**. Nesse caso a pessoa poderá ter dificuldades para ouvir o telefone tocando ou ruídos das máquinas de escrever num escritório.

Surdez profunda – **acima de 91 dB**. Nesse caso a pessoa poderá ter dificuldade para ouvir o ruído de caminhão, de discoteca, de uma máquina de serrar madeira ou, ainda, o ruído de um avião decolando. (BRASIL, 2006, p. 16-17).

Outra classificação utilizada refere-se às doenças que podem causar a surdez:

- **Pré-natais:** surdez provocada por fatores genéticos e hereditários, doenças adquiridas pela mãe na época da gestação (rubéola, toxoplasmose, citomegalovírus), e exposição da mãe a drogas ototóxicas (medicamentos que podem afetar a audição).
- **Peri-natais:** surdez provocada mais freqüentemente por parto prematuro, anóxia cerebral (falta de oxigenação no cérebro logo após o nascimento) e trauma de parto (uso inadequado de fórceps, parto excessivamente rápido, parto demorado).
- **Pós-natais:** surdez provocada por doenças adquiridas pelo indivíduo ao longo da vida, como: meningite, caxumba, sarampo. Além do uso de medicamentos ototóxicos, outros fatores também têm relação com a surdez, como avanço da idade e acidentes. (BRASIL, 2006, p. 15).

A autora surda Karin Lilian Strobel (2008, p. 35) explica que “para o povo surdo, a terminologia ‘Deficiente Auditivo’ é rejeitada porque define o surdo segundo sua capacidade ou ausência de ouvir e não a presença de uma cultura lingüística diferente.” Ainda é preciso evitar os termos no diminutivo: surdinho, mudinho, entre outros que camuflam ou indicam um sentimento de compaixão ou piedade em relação aos surdos.

A sociedade não conhece nada sobre o povo surdo e, na maioria das vezes, fica com receio e apreensiva, sem saber como se relacionar com os sujeitos surdos, ou tratam-nos de forma paternal, como “coitadinhos”, ou lidam como se tivéssemos “uma doença contagiosa”, ou de forma preconceituosa e outros estereótipos causados pela falta de conhecimento [...] (STROBEL, 2008, p. 31).

Skliar (2012, p. 21) explica que historicamente além de serem concebidos como não ouvintes, os surdos foram classificados como “[...] autistas, psicóticos, deficientes mentais, afásicos e esquizofrênicos.” Tais “[...] estereótipos sobre os surdos não podem ser considerados inocentes [porque] contêm formas opressivas, que permitem um controle social eficaz e determinam, exatamente, uma devastação psíquica sistemática nos surdos.” (SKLIAR, 2012, p. 21).

A surdez pode ser concebida de acordo com duas abordagens, ou seja, a concepção clínico-patológica e concepção socioantropológica. Assim, a concepção clínico-patológica representa um conceito amparado na Medicina em que a surdez seria uma doença que pode ser tratada e curada. Mas de que forma? Com o

[...] treinamento de fala e audição, adaptação precoce de aparelhos de amplificação sonora individuais, intervenções cirúrgicas como o Implante Coclear etc. Nesse sentido, o encaminhamento é o trabalho fonoaudiológico e a escola comum, com o objetivo de “integrar” a pessoa surda no mundo dos ouvintes através da “normatização” da fala. (STROBEL, 2008, p. 36).

A concepção socioantropológica “[...] concebe a surdez como uma diferença a ser respeitada e não uma deficiência a ser eliminada. O respeito à surdez significa considerar a pessoa surda como pertencente a uma comunidade [...] com direito à língua e cultura própria.” (STROBEL, 2008, p. 36). Essa é a concepção que respeitamos: o surdo tem direito a usar a biblioteca e os serviços oferecidos por meio da Língua de Sinais.

Pesquisas desenvolvidas nos últimos anos, no âmbito da Ciência da Informação, têm buscado compreender o comportamento e as necessidades informacionais dos surdos em ambientes educacionais, em escolas regulares e escolas especiais, bem como surdos no ensino superior e como pesquisadores em formação (CONEGLIAN; CASARIN, 2007; THOMA; PONTIN; LOPES, 2018).

No contexto atual, em tempos de pandemia (Covid-19), por exemplo, os pais encontram dificuldades em auxiliar seus filhos surdos nas atividades escolares sem o apoio da escola, ou seja, algo que já é complexo para crianças e adolescentes ouvintes, torna-se um desafio ainda maior para

os pais e mães de surdos, principalmente pela dificuldade de comunicação e localização de materiais de apoio.

Tanto familiares quanto os filhos surdos (seja na infância, adolescência ou vida adulta) se configuram como usuários da informação, no ambiente escolar ou mesmo na vida pessoal, entendendo a informação como elemento que subsidia a produção do conhecimento sobre a surdez e outros aspectos, reduz incertezas e colabora para o pertencimento dos surdos e de seus familiares.

Nesse sentido, o bibliotecário pode contribuir não apenas fazendo com que os surdos e seus familiares se sintam pertencentes e assim se apropriem dos diferentes ambientes informacionais, mas que saibam desenvolver e utilizar diferentes estratégias e habilidades que os levem a buscar e encontrar a informação com autonomia, atendendo aquilo que de fato necessitam.

Pode parecer um desafio no primeiro momento, mas todo profissional que se compromete com sua profissão e respeita o outro deve considerar o seu usuário (cliente, paciente, aluno ou seja qual for a terminologia utilizada) como cidadão, possuidor de direitos e deveres. Estar e usufruir do ambiente informacional também é direito dele. (WELLICHAN; LINO, 2020, p. 155).

Santos (2020, p. 267) salienta que “[...] ter o ‘acesso à informação’ é diferente de ter uma ‘informação acessível’ [...]”. De fato, ter a “posse” ou o acesso em si não significa que todos poderão ter uma apropriação acessível. Strobel (2008, p. 16-17) explica que “[...] a forma como o surdo aprende o português é diferente dos ouvintes, devendo ser adaptada com a realidade cultural deles.” Assim, em termos de leitura, a presença de textos escritos sem outros recursos complementares pode ser prejudicial de modo que tais informações se tornam inacessíveis.

Nesse sentido, Dias e Bon (2019) elencam oito aspectos aplicáveis ao contexto da biblioteca universitária, mas que são adequados para qualquer modalidade: 1. Formar um acervo digital com diferentes materiais (artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso de outras instituições) com o objetivo de criar um repositório sobre a surdez; 2. Identificar e buscar parcerias com bancos de dados com materiais acessíveis às pessoas

surdas; 3. Incluir de modo objetivo as pessoas com necessidades especiais na Política de Desenvolvimento de Coleções; 4. Demandar das editoras arquivo digital das obras adquiridas que possibilite a conversão através das tecnologias assistivas em formato acessível para os surdos; 5. Implementar a tecnologia assistiva e disponibilizá-la aos surdos como os tradutores automáticos da Língua Portuguesa para Língua de Sinais; 6. Propiciar a organização e sinalização da biblioteca de modo visual, a exemplo das informações nas estantes utilizando não somente a palavra em Língua Portuguesa, mas a datilologia⁴ e imagens em Língua de Sinais; 7. Oferecer cursos de Libras para toda equipe da biblioteca com o objetivo de melhorar o atendimento e a comunicação com o usuário surdo; 8. Divulgar os serviços da biblioteca para atrair estudantes e professores surdos. (DIAS; BON, 2019, p. 99).

Incluir as pessoas com deficiência na Comissão de Desenvolvimento de Coleções aumenta a representatividade, oferecer cursos de Libras não somente para comunidade acadêmica, mas também para comunidade externa, possibilita que mais pessoas aprendam a Língua de Sinais. É imprescindível que o acervo seja composto por livros de imagem e que existam momentos de contação de histórias em Libras nas bibliotecas escolares ou infantis. Por ser essencialmente visual, o livro de imagem pode despertar o interesse e a motivação das crianças e adolescentes surdos pela leitura e literatura de modo que ler seja um ato prazeroso, criativo e instigante.

No artigo de Bari e Cardoso (2017) intitulado: *A mediação de leitura literária aos surdos por meio da adaptação para a linguagem das histórias em quadrinhos* as autoras concluem “[...] que as adaptações em quadrinhos são recursos de excelente qualidade para a mediação de leitura literária, para leitores novatos surdos, assim como para leitores ouvintes.”

Concordamos com Coneglian (2008, p. 33) quando defende que “[...] bibliotecas ou centros informacionais que pretendem atender à comunidade surda presencialmente, precisam considerar princípios de comunicação, acervos e serviços específicos conforme recomendações

⁴ A datilologia atual “[...] também conhecida como alfabeto manual, é utilizada para informar (representar) coisas que ainda não possuem um sinal na LIBRAS, para expressar nomes e palavras de línguas estrangeiras.” (BREGA *et al.*, 2008, p. 2).

da IFLA.”⁵ Estes últimos abordaremos mais detalhadamente na próxima seção.

4 SUJEITOS SURDOCEGOS

Para evitar possíveis incompreensões, buscamos e incluímos nessa subseção, alguns esclarecimentos fundamentais para subsidiar os bibliotecários na construção de uma biblioteca acessível e inclusiva. Iniciamos isso fazendo uma referência ao I Congresso Internacional Helen Keller⁶, nele Kidney (1977 *apud* ARÁOZ, 1999) propõe uma definição para o indivíduo surdocego e ela foi aprovada da seguinte forma: são “[...] os indivíduos que tem uma perda substancial da visão e audição, de tal modo que a combinação das suas deficiências causa extrema dificuldade na conquista de habilidades educacionais, vocacionais, de lazer e sociais.” (ARÁOZ, 1999, p. 22).

No entender do Instituto Benjamin Constant a surdocegueira é uma “[...] deficiência singular que apresenta perdas auditivas e visuais concomitantemente em diferentes graus, levando a pessoa [...] a desenvolver diferentes formas de comunicação para entender e interagir com a sociedade.” (INSTITUTO..., 2017, n. p.).

Os surdocegos têm *déficits* sensoriais e, portanto, são enquadrados entre os sujeitos com múltipla deficiência sensorial. Essa condição exige, nas relações interpessoais, uma comunicação tátil-corporal, assim, “[...] as trocas interativas das crianças precisam estar orientadas para o desenvolvimento dos sentidos remanescentes, entre eles, cutâneo, cinestésico (corporal - articulações e músculos; e, sensorial - visceral), gustativo e olfativo [...]” (NASCIMENTO, 2006, p. 12).

⁵ Segundo Miglioli e Santos (2017, p. 143) o documento *Diretrizes para serviços de biblioteca para surdos* da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) produzido em 2000 “[...] têm como objetivo informar os bibliotecários sobre as necessidades de informação das pessoas surdas e refere-se a todas as bibliotecas que têm pessoas surdas como qualquer parte de seu público potencial.”

⁶ Helen Adams Keller – “Nascida na cidade de Tusculumbia, Alabama, em 27 de junho de 1880 [...] ficou cega e surda aos 18 meses de idade devido a uma doença diagnosticada então como “febre cerebral” (hoje acredita-se que possivelmente tenha sido escarlatina ou meningite)” (WIKIPÉDIA, 2020, n. p.).

Os documentos que se referem à surdocegueira apontam que as principais causas dela são: a rubéola materna, toxoplasmose, herpes, AIDS, sífilis, prematuridade, álcool, drogas e as síndromes genéticas (o exemplo mais citado é a Síndrome de Usher⁷).

Visando potencializar o atendimento dos surdocegos em todos os gêneros de bibliotecas apresentaremos algumas características desses sujeitos, antes, porém, incluímos a seguir um relato histórico esclarecedor: “A grafia dos termos surdocegueira e surdocego como a conhecemos agora, sem hífen, foi proposta por Salvatore Lagati (1995), em Trento, na Itália, em 1991, onde começou uma cruzada para a aceitação da surdocegueira como uma condição única [...]” (SIERRA, 2010, p. 22).

Outro aspecto fundamental para os profissionais da biblioteca é saber que a surdocegueira é classificada em: pré-natal, perinatal⁸ e pós-natal. Segundo Araújo (1999) a pré-natal tem características congênitas; a perinatal é resultado de infestações em virtude dos órgãos imaturos e pós-natal pode aparecer em diferentes etapas da vida; nesse caso se ocorrer na fase inicial do desenvolvimento da criança, a tendência é comprometer com mais intensidade as condições biopsicossocial do indivíduo.

Abordamos nessa subseção características do sujeito surdocego, mas também o nível de comprometimento dos bibliotecários e demais profissionais da biblioteca em aprender continuamente para melhor se comunicar com os sujeitos nessa condição. A Secretaria da Educação do Estado do Paraná em seu site esclarece que a comunicação com a pessoa surdocega se estabelece por meio de:

- Língua de sinais tátil - Sistema não alfabético que corresponde à língua de sinais utilizadas tradicionalmente pelas pessoas surdas, mas adaptadas ao tato⁹, através do contato das mãos da pessoa surdocega com as mãos do

⁷ Segundo Silva (2011, p. 20) a Síndrome de Usher “[...] é apontada como a maior causa de surdocegueira mundial. A doença é uma alteração genética caracterizada por uma progressiva perda das funções das células sensitivas da audição e da visão. A forma mais comum de transmissão genética é a autossômica recessiva, ou seja, é necessário que o indivíduo receba genes com alteração do pai e da mãe para contrair a síndrome de Usher.”

⁸ Perinatal correspondente ao momento do nascimento ou até 7 dias após o nascimento.

⁹ Comunicação também denominada háptica (sensível ao tato).

interlocutor.

- Método Tadoma - Consiste na percepção da língua oral emitida, mediante uso de uma ou das duas mãos da pessoa surdocega utilizando geralmente o dedo polegar, colocado suavemente sobre os lábios e os outros dedos mantidos sobre a bochecha, a mandíbula e a garganta do interlocutor.
- Alfabeto datilológico - As letras do alfabeto se formam mediante diferentes posições dos dedos da mão.
- Sistema Braille Tátil - Sistema alfabético baseado no sistema Braille tradicional de leitura e escrita adaptado de maneira que possa ser percebido pela pessoa surdocega através do tato. (PARANÁ, 2020, n. p.).

Acreditamos ser necessário compreender também que as dificuldades de comunicação são diferentes em duas situações – a pré-linguística (antes da aquisição da linguagem) e na pós-linguística (depois da aquisição de uma língua oral ou sinalizada). Na fase pós-linguística, em virtude das denominações de objetos, pessoas, ações etc. estarem depositadas na memória há uma tendência do surdocego se comunicar com maior autonomia e destreza.

O desenvolvimento humano acontece por meio de interações e trocas verbais, conforme a teoria vigotskiana no momento da mediação entre o sujeito mais experiente para o menos experiente, até alcançar total domínio de seus atos. No caso da criança surdocega, as trocas não são verbais e a sua autonomia tem certo limite. Para Cader-Nascimento e Costa (2013, p. 3581) em se tratando da leitura dos “[...] surdos a experiência se dará no plano visual-espacial, dos cegos ocorre pela via tátil-auditiva, na surdocegueira o processo da audição se dará pelo ato de manipular os objetos [e] por meio da simulação das situações [...]” Assim há de se considerar que as crianças e adolescentes surdocegos ao terem seu potencial valorizados possam alçar voos mais altos.

Em artigo intitulado *Pessoas surdocegas em bibliotecas: discussões iniciais* que foi apresentado em 2017 no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDD), Santos, Diniz e Rangni (2017, p. 2060) afirmam que “Não há como utilizar as mesmas atividades de leitura de outros tipos de deficiência para usuários

com surdocegueira.”

Esses autores concluem que “É imperioso pontuar que o profissional de biblioteca encontraria muitas dificuldades para atender com qualidade o usuário com surdocegueira.” (SANTOS; DINIZ; RANGNI, 2017, p. 2061). E finalizam informando que há a “[...] necessidade de os profissionais da biblioteca desenvolverem competências [...]” (p. 2062) nesse sentido. Porém, apesar de ser louvável o pioneirismo, os autores não informam as possibilidades de se estabelecer comunicação especificamente com os surdocegos; não elencam quais seriam as habilidades necessárias para os profissionais atuantes em unidades de informação ao atender surdocegos e, apesar de mencionarem alguns documentos ao longo da discussão, não informam a existência ou inexistência de iniciativas em bibliotecas brasileiras.

Quanto às iniciativas, por estarem pulverizadas na literatura cinzenta, realizamos uma busca no site da Biblioteca Nacional para consultar os documentos do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), especificamente, o Projeto *Acessibilidade em Bibliotecas Públicas*. Nesse site há um link direcionado para o Facebook¹⁰ onde encontramos o documento *Fortalecimento de bibliotecas acessíveis e inclusivas: manual orientador*, que cita o Decreto nº 5.296/2004 que regulamenta a prioridade no atendimento às pessoas específicas. Nele há a seguinte recomendação: “III - serviços de atendimento para pessoas [...] surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento [...]” (FORTALECIMENTO..., 2016, p. 18).

Porém, essa é a única vez que esse Documento faz referência ao surdocego e se limita a defender que ele deve ser acompanhado por um intérprete. Vale destacar que, no caso do surdocego, a presença do intérprete é fundamental, principalmente na fase inicial da aprendizagem. Isso é retratado no filme *O milagre de Anne Sullivan*¹¹ que tem como base a biografia de Helen Keller (surdocega) que na infância, por desconhecimento dos pais, era alimentada e tratada como um animal raivoso. Para não internar a menina

¹⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/acessibilidadeembibliotecas/photos/a.505925009534797/1119295564864402/>. Acesso em: 28 out. 2020.

¹¹ Filme *O milagre de Anne Sullivan* (1962). Diretor Arthur Penn, roteiro de William Gibson baseado em sua peça *The Miracle Worker*. (WIKIPEDIA, 2020, n. p.).

em uma instituição, a família recebe em casa a educadora *Anne Sullivan*, que no primeiro momento tem atitudes aparentemente cruéis, mas aos poucos estabelece, ora com rigidez, ora com afetividade uma comunicação corporal com ela, ensinando-a a tatear o mundo e a aprender o método *tadoma*.

No contexto do surdocego, o intérprete, também denominado *informante do mundo*, precisa, além dos conhecimentos especializados, ter comprometimento social, postura ética e fidedignidade do conteúdo no momento da comunicação.

Essa investigação evidencia que apenas dar visibilidade aos surdocegos é insuficiente. A Biblioteconomia, até então alijada dessa questão, precisa promover ações específicas, entre elas: capacitação de mediadores, equipe, aquisição de acervos especializados e de tecnologias adequadas que possibilitem ao surdocego o acesso à leitura, à literatura e a informação.

Evidentemente que, para os bibliotecários que não tiveram mínima informação a respeito do trabalho a ser desenvolvido com os cegos, surdos e surdocegos na graduação, a tarefa se torna mais complexa, porém há em terras brasileiras incontáveis instituições que desenvolvem palestras, oficinas entre outras atividades. As instituições estruturadas em níveis, estadual e municipal são mais numéricas quando se trata do surdo e do cego. Já não se pode dizer o mesmo quando se refere ao surdocego.

No entanto, destacamos a Associação Educacional para Múltipla Deficiência, conhecida como AHIMSA¹². No site dessa Associação consta que ela atua no Brasil desde 1991 e tem como missão: “Qualificar a vida de pessoas com surdocegueira e de pessoas com deficiência múltipla sensorial, possibilitando-lhes a aquisição de uma forma de comunicação, independência e autonomia e um estilo próprio de aprendizagem, visando a inclusão educacional e social.” (ASSOCIAÇÃO..., 2020, n. p.).

Acreditamos que iniciativas nesse sentido podem demolir a visão capacitista, isto é, a pré-concepção, muitas vezes preconceituosa, de que as pessoas com alguma deficiência são inferiores, sem capacidade e autonomia para a realização de tarefas. Nesse sentido, considerando o bibliotecário como sujeito que pode motivar a aprendizagem, abordaremos algumas das habilidades que ele precisa desenvolver ao atuar com cegos, surdos e surdocegos.

¹² AHIMSA – esta palavra se refere a não-violência.

5 HABILIDADES DO BIBLIOTECÁRIO PARA SUA ATUAÇÃO COM USUÁRIOS CEGOS, SURDOS E SURDOCEGOS

Uma das primeiras ações do bibliotecário é se informar buscando conhecer e se aprofundar nas questões relativas a esses indivíduos considerando suas particularidades e especificidades. Para evitar constrangimentos, por exemplo, é preciso consultá-los sobre a melhor forma de atender suas necessidades (ALVES, 2017). Complementar a isso, Miglioli e Santos (2017, p. 144) indicam que é preciso atentar-se “[...] para uma comunicação clara e precisa, a fim de evitar mal-entendidos e interações inadequadas” e isso já requer um conhecimento prévio sobre a comunicação com surdos, cegos e surdocegos. Em caso de desconhecimento por parte do bibliotecário e para que sua biblioteca obtenha êxito o ideal é

[...] estabelecer parcerias, seja com os NAPNEs (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas), Salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado), com os profissionais específicos (Tradutores/Intérpretes de Libras, Psicopedagogos, Professores, Pedagogos, Psicólogos, dentre outros profissionais que compõem a equipe multifuncional), seja com Instituições, Organizações não-Governamentais e Setores governamentais diretamente ligados às temáticas. (ALVES, 2017, p. 1895-1896).

Em suma, uma forma de ampliar e multiplicar informação e conhecimento é a formação de uma equipe multidisciplinar que seja composta também por familiares que com sua experiência e vivência conhecem os cegos, surdos e surdocegos mais de perto. São indivíduos pertencentes às associações de pais, instituições especializadas, entre outros, que podem contribuir nesse sentido visto que “Há extrema relevância e fecundidade na parceria entre as bibliotecas e as instituições nas quais estão vinculadas (escolas, faculdades, universidades, prefeituras etc.)” (CONEGLIAN, 2008, p. 66).

Dias e Bon (2019) refletem sobre as atitudes para lidar com pessoas surdas que se aplicam também aos cegos e surdocegos.

O bibliotecário tem que estar atento às necessidades de seus usuários, buscando se qualificar e ter uma postura em prol da inclusão [...] independente de qual seja, passando da simples tarefa de organizar a informação que se encontra dentro da biblioteca e se adaptar à comunidade usuária da instituição que nela está inserida. Deve também acompanhar os avanços das tecnologias, estando atento sobre novas soluções que estejam disponíveis que facilite o acesso à informação [...]. (DIAS; BON, 2019, p. 100).

Miglioli e Santos (2017) apresentam algumas atitudes e ações significativas no âmbito da surdez passíveis de uso com os demais nas condições aqui abordadas:

(a) estar ciente das indicações na linguagem corporal ou gestuais não-verbais; (b) direcionar o foco na pessoa e não na deficiência; (c) aproximar o usuário com respeito e aceitação, em oposição à desaprovação ou reserva; (d) evitar o sentimento de pena; (e) oferecer assistência, do mesmo modo como para qualquer outro usuário em dificuldade ao usar a biblioteca; (f) conhecer bem a coleção sobre o tema e as necessidades especiais dos usuários com deficiência; (g) utilizar serviços orientados pelo design e experiência do usuário (*user experience*) [...]. (MIGLIOLI; SANTOS, 2017, p. 144).

Coneglian (2008, p. 66) enfatiza que as bibliotecas têm o potencial “[...] para serem multiplicadoras de práticas inclusivas, dando o exemplo, formando e informando seus usuários (com ou sem deficiências motoras, sensoriais e/ou cognitivas).” Assim também os seus profissionais ao desenvolverem diversas habilidades.

Em linhas gerais e com fins didáticos, entendemos que as habilidades podem ser agrupadas em três grandes eixos, quais sejam: as *habilidades técnicas* em relação ao uso de recursos tecnológicos e informacionais para a realização de uma determinada atividade; *habilidades informacionais*, envolvendo a apropriação de conteúdos e conhecimentos técnicos e científicos em relação aos diferentes tipos de deficiências; e *habilidades comunicacionais, sociais e emocionais*, que se referem aos relacionamentos

e diálogos, de maneira a considerar o contexto do outro, estar atento para o outro; posturas estas que exigem: conhecer, compreender e respeitar sempre. Convém, enfatizar que essas habilidades se completam e coexistem uma em função das demais.

No Quadro 1, procuramos mencionar algumas características que julgamos importantes ao bibliotecário no contexto dos três conjuntos de habilidades.

Quadro 1: Habilidades do bibliotecário para atuação com usuários cegos, surdos e surdocegos

(continua)

| HABILIDADES DO BIBLIOTECÁRIO | | |
|--|--|--|
| Habilidades técnicas (recursos tecnológicos e informacionais) | Habilidades informacionais (conhecimentos técnicos e científicos) | Habilidades comunicacionais, sociais e emocionais |
| Conhecer diferentes recursos informacionais e técnicos para o cego, surdo ou surdocego | Ter o conhecimento científico das questões da surdez, cegueira e surdocegueira | Ter disponibilidade, empatia, respeito e altruísmo |
| Conhecer a coleção disponível sobre a temática | Saber identificar quais são os estudiosos e especialistas nas questões da surdez, cegueira e surdocegueira | Saber ouvir exercendo a escuta alteritária |
| Ampliar o acervo da biblioteca sobre a cegueira, surdez e surdocegueira e fazer a curadoria de materiais que estejam em livre acesso | Conhecer a legislação para compreender os direitos dos cegos, surdos e surdocegos | Saber motivar e acolher |

(conclusão)

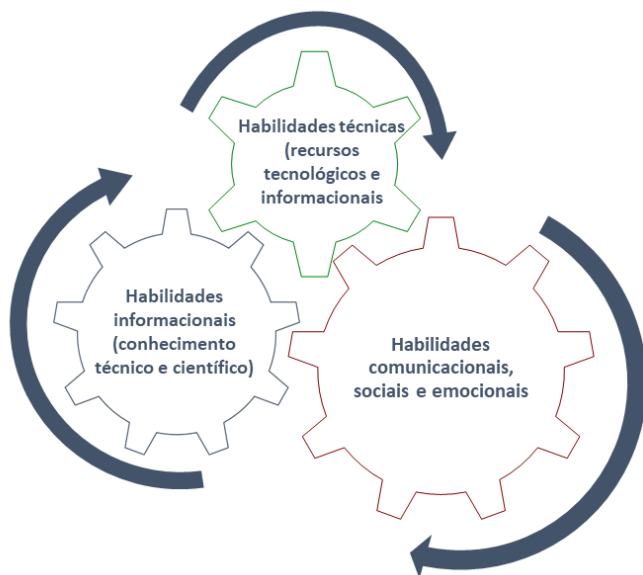
| | | |
|--|---|---|
| Organizar e representar o acervo de modo acessível | Buscar formação e capacitação específica de forma contínua para acompanhar os avanços científicos | Promover autonomia, aprendizado e sentimento de pertencimento à biblioteca |
| Promover a leitura e a literatura de modo acessível | Promover para toda comunidade informação e conhecimento sobre a cegueira, surdez e surdocegueira | Estar aberto e saber respeitar e valorizar a diferença; ter comportamento alteritário e criar ambientes alteritários |
| Buscar qualificação e atualizar-se para lidar com as tecnologias assistivas e demais inovações | Lutar e exigir que a instituição a qual pertence atenda as Leis e Diretrizes da Inclusão e Acessibilidade (<i>advocacy</i>) | Conhecer e compreender as pessoas cegas, surdas e surdocegas |
| Conhecer Libras, Libras tátil e braille e se dispor a utilizá-los | Promover palestras, encontros e eventos sobre a surdez, cegueira e surdocegueira | Ter sensibilidade para compreender as formas de comunicação de cada cego, surdo ou surdocego; não ter medo das deficiências |
| Buscar e conhecer instituições, núcleos de atendimentos especializados, organismos governamentais e não-governamentais, profissionais especializados | Estabelecer parcerias com outros profissionais e instituições, participar de redes ou comissões visando ações colaborativas e de apoio às pessoas com deficiência | Formar e desenvolver uma equipe multidisciplinar com postura/pensamento anticapacitista |

Fonte: elaborado pelos autores com base nos resultados do estudo

Acreditamos que estas habilidades exercidas com afinco, permitem interações e encontros entre ouvintes e surdos, videntes e cegos, ouvintes e videntes com surdocegos e vice-versa. Salientamos ainda, que é a inter-relação e o movimento entre esses três conjuntos de habilidades que aproximará o bibliotecário e demais profissionais dos usuários e contribuirá para a compreensão de suas necessidades, favorecendo a interação e o pertencimento ao ambiente da biblioteca.

Na Figura 1 procuramos representar a importância dos três conjuntos de habilidades na constituição de um todo, evidenciando a inter-relação e a “alimentação” de um sobre o outro. Enfatizamos que, o conjunto que corresponde às habilidades comunicacionais, sociais e emocionais representa um conjunto maior que influencia os demais conjuntos, já que implica diretamente nas atitudes e ações do bibliotecário. Também vale salientar, que a ideia aqui não é mecanizar esses conjuntos, mas mostrar, de forma ilustrativa na figura 1, sua ação sistêmica, quando o movimento de uma das engrenagens recebe a interferência das outras.

Figura 1: Movimento das habilidades



Fonte: elaborada pelos autores

Exemplificando algumas atitudes dos bibliotecários em relação aos diferentes tipos de habilidades que lhes são requeridas, destacamos que no trabalho com os surdocegos (condição menos abordada na Ciência da Informação), antes de tudo é preciso saber identificar se eles têm resíduo visual ou auditivo (habilidades informacionais técnicas e científicas) e respeitar sua escolha por uma determinada forma de comunicação (habilidades comunicacionais, sociais e psicológicas). Além disso, o bibliotecário deve permitir o toque para que possam sentir as vibrações da caixa de voz (conhecida como linguagem de toque ou tadoma).

É necessário que o bibliotecário incorpore o antipacitismo ao desenvolver tais habilidades, ou seja, desconstruir a crença errônea e preconceituosa de que as pessoas com deficiência são inferiores, e por isso não teriam capacidade para a vida funcional.

O Documentário “As borboletas de Zagorsk” (1990), demonstra que Vygotsky na sua época já defendia que “crianças deficientes poderiam ser transformadas em adultos inteligentes.” Mas de que modo? Quando uma criança tem deficiência de sentidos deve ter todos os outros sentidos remanescentes estimulados. Acreditamos que tanto a criança quanto o adulto cego, surdo ou surdocego podem potencializar os seus sentidos nas unidades de informação, em especial na biblioteca, principalmente quando o bibliotecário se colocar na condição de aprendiz e buscar a educação continuada, em contato direto com esses usuários.

A preparação para acolher crianças, adolescentes e adultos com deficiência, por parte do bibliotecário como da comunidade, deve ser constante. No caso das crianças há de se considerar que “[...] merecem a mesma consideração que os demais, e, portanto são bem-vindas e desejáveis: entretanto, há que haver tanto constatação quanto preparo para saber lidar com suas capacidades, que diferem daquelas das outras crianças/alunos” (BARROS, 2006, p. 150).

Novamente com a intenção de exemplificar a atuação do bibliotecário, é relevante mencionar duas unidades de informação que tem se destacado nesse contexto, que são a Biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos e a Biblioteca Braille *José Álvares de Azevedo*. A Biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos possui

[...] uma equipe capacitada na Língua de Sinais e ativa na comunidade [que] permitiu entre outras questões, tornar a biblioteca identificável pessoalmente, e a incentivar os surdos a manter contato. O fato de conhecer os profissionais e saber que tinham o domínio da Língua de Sinais proporciona o estabelecimento de um vínculo importante para a inclusão destes usuários. (MIGLIOLI; SANTOS, 2017, p. 141).

Esse é o primeiro passo para que os surdos se sintam acolhidos e pertencentes. Já a Biblioteca Braille *José Álvares de Azevedo* localizada em Goiânia tem como diferencial o fato de que “[...] todos os atendentes [...] são deficientes visuais, inclusive a bibliotecária que é cega.” (GIACUMUZZI; MORO; ESTABEL, 2013). No Brasil ela é considerada uma biblioteca referência para os cegos. Oferece diversos serviços, tais como, consulta ao acervo, empréstimos, auxílio em pesquisas, digitalizações, transcrições de pequenos textos em Braille, concursos e clubes de leitura em Braille, orientações no uso de tecnologias assistivas e seus diferentes recursos, seja no computador ou demais dispositivos, como por exemplo, os *smartphones*.

Em relato no *Youtube* para o canal da *Fundação Dorina Nowill* para Cegos, a bibliotecária Maria Eunice Soares Barbosa¹³ destacou a importância das parcerias que ela realiza, seja com instituições ou pessoas voluntárias, para o atendimento das necessidades informacionais dos usuários. A partir desse relato fica evidente a importância do trabalho colaborativo, requerendo para isso um conjunto de habilidades do bibliotecário, sejam técnicas, informacionais, científicas ou sociais, conforme mencionamos no quadro 1.

Dessa forma, cabe ao bibliotecário conhecer a diversidade e necessidades de seus leitores; assumir a responsabilidade do “[...] trabalho de sensibilização contínuo e projetos por meio dos quais capacite sua equipe e promova para todos conhecimento suficiente para lidar com as questões das deficiências e diferenças [...]” (ALVES; VIGENTIM, 2013, p. 13).

Nesse sentido, vale enfatizar a relevância da formação do

¹³ FUNDAÇÃO Dorina Nowill Para Cegos. **Biblioteca inclusiva**. 22 de maio 2020 (63 min.), [color.] Disponível em: <https://youtu.be/G05QpUckXc4>. Acesso em: 10 nov. 2020.

bibliotecário e sua educação continuada. Costa e Duarte (2017, p. 163) salientam que ele precisa atentar-se para sua educação continuada, a fim de desenvolver competências e habilidades para atender os usuários com deficiência considerando que “[...] as escolas de Biblioteconomia formam profissionais generalistas” e, conseqüentemente, despreparados para lidar com cegos, surdos e surdocegos, entre outros. Tal aspecto não pode ser ignorado na atualidade se considerarmos que “[...] desenvolver habilidades, tornar possível incluir e integrar dizem respeito ao enfoque social que possui a biblioteca, quando é tomada como um espaço de disseminação da informação e construção do conhecimento.” (RODRIGUES; FUJITA; DAL’EVEDONE, 2018, p. 73).

Em acréscimo, destacamos a reflexão de Wellichan e Lino (2020, p. 155): “Utilizar o discurso de que não houve formação acadêmica, qualificação ou treinamento para tal são argumentos que não cabem mais aos profissionais em uma sociedade que deseja a inclusão e que busca o respeito à diversidade.”

Em outras palavras, na sociedade atual, a ausência de formação, seja para profissionais da informação ou educação, não é justificativa suficiente para a falta de preparo e atendimento adequado de forma acessível e inclusiva. Assim como para outras atividades, cabe a cada um de nós, ir em busca de formação complementar, participar das questões sociais para aprender, ensinar e agir.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento no sentido de investigar a surdez e a cegueira, é um exercício de aprendizagem constante para os pesquisadores envolvidos nessa temática, no entanto, nesse capítulo, assumimos um desafio novo, pensar também a surdocegueira.

Após refletir a respeito das características das três condições, passamos a discutir sobre as habilidades necessárias para o bibliotecário tornar a biblioteca de fato acessível e inclusiva, com recursos informacionais e tecnológicos, produtos e serviços que atendam as demandas dos usuários de acordo com suas diferentes especificidades.

Se retomarmos atentamente cada item exposto no Quadro 1, é

possível concluir que o bibliotecário tem a sua frente um desafio hercúleo, visto que as condições, da maioria das bibliotecas brasileiras, são precárias. Nesse sentido, o esforço para propiciar condições mínimas de uso pelos sujeitos aqui estudados, não pode ser individual. Há de se ter uma força coletiva para esse enfrentamento, portanto, o bibliotecário, urgentemente, necessita estabelecer parcerias e trabalhos cooperativos com outros profissionais de diferentes áreas do conhecimento, com vistas a formar equipes multidisciplinares.

Do mesmo modo, é imprescindível o envolvimento do bibliotecário com instituições, organismos da área da cegueira, surdez e surdocegueira para que a biblioteca seja um espaço em que cegos, surdos e surdocegos tenham acesso e se apropriem da informação diversificada, preferencialmente não de uma forma mecânica, transmissivista, mas de forma que eles se sintam acolhidos e familiarizados com o recursos apropriados e inclusivos.

O bibliotecário não pode perder de vista a sua educação continuada, acompanhando e se apropriando dos documentos, leis e diretrizes que orientam o atendimento das pessoas com deficiências em diferentes gêneros de biblioteca. Assim como, as pesquisas e estudos científicos e as inovações em relação aos recursos técnicos e tecnológicos, que poderão fundamentar e apoiar as ações no contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Acreditamos que com planejamento e estratégias o bibliotecário fortalecerá o conjunto de suas habilidades técnicas, informacionais, comunicacionais, sociais e emocionais, que sustentarão sua atuação reflexiva, crítica e ética. Isso se refletirá na sua prática com maior responsabilidade social e com o atendimento das demandas dos diferentes tipos de usuários, garantindo a eles o acesso à biblioteca, à informação e à leitura e ao conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, T. L. Biblioteca acessível: eliminando barreiras. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp., p. 1883-1898, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/561>. Acesso em: 22 out. 2020.

ALVES, A. P. M.; VIGENTIM, U. D. Mediação da informação e acessibilidade: a função social do profissional da informação para a inclusão e reconhecimento político das diferenças. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2013, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1630/1631>. Acesso em: 19 nov. 2020.

AMIRALIAN, M. L. T. M. **Compreendendo o cego**: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-estórias. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

ARÁOZ, S. M. M. **Experiências de pais de múltiplos deficientes sensoriais-surdocegos**: do diagnóstico à Educação Especial. 1999. 150 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1999. Disponível em: <http://www.agapasm.com.br/Artigos/Experiencias%20de%20Pais%20de%20Multiplos%20Deficientes%20Sensoriais%20Sur.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

ASSOCIAÇÃO Educacional para Múltipla Deficiência. AHIMSA: missão. Disponível em: ahimsa.org.br. Acesso em: 20 nov. 2020.

BARI, V. A.; CARDOSO, F. P. A mediação de leitura literária aos surdos por meio da adaptação para a linguagem das histórias em quadrinhos. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 47, jan./jun. 2017.

BARROS, M. H. T. C. De leitura, classes especiais e bibliotecas escolares. In: BARROS, M. H. T. C.; BORTOLIN, S.; SILVA, R. J. (org.). **Leitura**: mediação e mediador. São Paulo: Ed. FA, 2006. p. 147-155.

BORBOLETAS de Zagorsk. Documentário BBC, 1990. (60 min.), [color.]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KxEaHMxi7wE>. Acesso em: 12 nov. 2020.

BORGES, J. A. S. **Do braille ao DOSVOX**: diferenças nas vidas dos cegos brasileiros. 2009. 343 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Sistemas e Computação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/textos/tese_antonio_borges.pdf. Acesso em: 21 nov. 2020.

BORGES, W. F. **O uso de dispositivos eletrônicos móveis como**

Tecnologia Assistiva por pessoas com baixa visão. 2019. 146 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11603/Borges_Wanessa%20Ferreira_aaaa.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 21 nov. 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. 2. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 116 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunossurdos.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12796, de 04 de abril de 2013.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 20 nov. 2020.

BREGA, J. R. F. *et al.* Um sistema interpretador para datilologia com saída tridimensional. In: WORKSHOP DE REALIDADE VIRTUAL E AUMENTADA (WRVA), 5., 2008. **Anais [...]** Bauru: 2008. p. 01-05. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ildeberto_Rodello/publication/238110346_UM_SISTEMA_INTERPRETADOR_PARA_DATILOLOGIA_COM_SAIDA_TRIDIMENSIONAL/links/0c960533862e56f246000000/UM-SISTEMA-INTERPRETADOR-PARA-DATILOGIA-COM-SAIDA-TRIDIMENSIONAL.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

BRUNO, M. M. G. **O desenvolvimento integral do portador de deficiência visual:** da intervenção precoce à integração escolar. São Paulo: Newswork, 1993.

CADER-NASCIMENTO, F. A. A. A.; COSTA, M. P. R. Procedimento de intervenção com surdocego total na mediação da leitura. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 8., 2013. **Anais [...]**. Londrina: 2013. p. 3580-3586. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT16-2013/AT16-009.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

CONEGLIAN, A. L. O. **Análise do comportamento informacional de pós-graduandos surdos**: subsídios teórico-práticos para a organização e representação do conhecimento. 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/190824/CONEGLIAN%20Andr%c3%a9%20Lu%c3%ads%20On%c3%b3rio%202008%20%28disserta%c3%a7%c3%a3o%29%20UNESP.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 out. 2020.

CONEGLIAN, A. L. O.; CASARIN, H. C. S. Caracterização do comportamento informacional de pós-graduandos deficientes auditivos/surdos: um estudo de caso. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS BRASIL [SIBDB], 2007. **Anais [...]**. São Paulo: 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=23459&opt=1>. Acesso em: 26 out. 2020.

COSTA, M. K. A.; DUARTE, A. B. S. A (in)acessibilidade nas bibliotecas universitárias: a interação entre o bibliotecário de referência e o usuário com deficiência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 161-178, dez. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/479/647>. Acesso em: 26 out. 2020.

DIAS, M. R.; BON, G. Um olhar ao estudante com surdez da Universidade Federal do Rio Grande do Norte: análise sobre a acessibilidade à informação na Biblioteca Central Zila Mamede. **BiblioCanto**, Natal, v. 5, n. 1, p. 83-104, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/18864/12498>. Acesso em: 13 out. 2020.

EDITORIAL da revista ACB, Florianópolis, v. 13, n. 1, 2008, p. 5-6. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/565>. Acesso em: 25 out. 2020.

FERREIRA, A. F. B. C. Biblioteca Louis Braille do Instituto Benjamin Constant: assegurando ao deficiente visual acesso ao conhecimento. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 282-290, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/554/679>. Acesso em: 21 nov. 2020.

FORTALECIMENTO de bibliotecas acessíveis e inclusivas: manual orientador. São Paulo: Mais Diferenças, 2016. Disponível

em: <https://www.facebook.com/acessibilidadeembibliotecas/photos/a.505925009534797/1119295564864402/>. Acesso em: 28 out. 2020.

FUNDAÇÃO Dorina Nowill Para Cegos. **Biblioteca inclusiva**. 22 de maio 2020 (63 min.), [color.]. Disponível em: <https://youtu.be/G05QpUckXc4>. Acesso em: 10 nov. 2020.

GIACUMUZZI, G. S.; MORO, E. L. S.; ESTABEL, L. B. Partituras em Braille nas bibliotecas públicas estaduais do Brasil: acessibilidade para as pessoas com deficiência visual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013. **Anais [...]**. Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/76999/000895389.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 nov. 2020.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994/19090>. Acesso em: 12 nov. 2020.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **Conceituando a surdocegueira**. 2017. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/paas/308-conceituando-a-surdocegueira>. Acesso em: 26 out. 2020.

LIRA, M. C. F.; SCHLINDWEIN, L. M. A pessoa cega e a inclusão: um olhar a partir da psicologia histórico-cultural. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 28, n. 75, p. 171-190. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n75/v28n75a03.pdf>. Acesso em: 14 nov.2020.

MASINI, E. A. F. S.; GASPARETTO, M. E. R. F. (org.). **Visão subnormal: um enfoque educacional**. São Paulo: Vetor, 2007.

MIGLIOLI, S.; SANTOS, G. A. Acessibilidade e serviços inclusivos para minorias sociais: a Biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 136-149, dez./mar. 2017. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1278/pdf#>. Acesso em: 22 out. 2020.

O MILAGRE de Anne Sullivan. In: Wikipédia, 2020. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Milagre_de_Anne_Sullivan. Acesso em: 30 out.2020.

NASCIMENTO, F. A. A. C. **Educação infantil; saberes e práticas da inclusão**: dificuldades de comunicação e sinalização: surdocegueira/múltipla deficiência sensorial. 4. ed. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/surdocegueira.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ORMELEZI, E. M. **Os caminhos da aquisição do conhecimento e a cegueira**: do universo do corpo ao universo simbólico. 2000. 273 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48131/tde-13072007-155541/publico/DissertacaoElianaMariaOrmelezi2000.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

PARANÁ. Secretaria da Educação. **Surdocegueira**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=707>. Acesso em: 28 out. 2020.

PEREIRA, A. P. **A competência em informação dos pais de surdos**. Orientadora: Adriana Rosecler Alcará. 2020. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RELATÓRIO DO ANO INTERNACIONAL DAS PESSOAS DEFICIENTES. Rio de Janeiro: Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, 1981. 58 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002911.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

ROCHA, H.; RIBEIRO-GONÇALVES, E. **Ensaio sobre a problemática da cegueira**. Belo Horizonte: Fundação Hilton Rocha, 1987.

RODRIGUES, A. S. **A informática como uma ferramenta de apoio a inclusão do deficiente visual**. 2007. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_61e736149d4f3f190f3c4ebc32ce7207. Acesso em: 23 out. 2020.

RODRIGUES, T. A.; FUJITA, M. S. L.; DAL'EVEDOVE, P. R.

Representações mentais e a deficiência visual: uma abordagem dos modelos mentais de Johnson Laird. **Páginas a&b: arquivos & bibliotecas**, Porto, n. esp., 2018. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/66786>. Acesso em: 29 out. 2020.

SAMPAIO, R. K. O.; FARIAS, G. B. Biblioteca escolar inclusiva: análise acerca do transtorno do espectro autista. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, v.14, n.3, jul./set. 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/10302>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SANTOS, M. P.; DINIZ, C. N.; RANGNI, R. A. Pessoas surdocegas em bibliotecas: discussões iniciais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp., p. 2051-2064, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1002>. Acesso em: 28 nov. 2020.

SANTOS, S. K. S. L. Usuários surdos e acessibilidade em bibliotecas: uma revisão da literatura científica brasileira. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 258-276, abr./jun. 2020. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38938/pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

SECO, L. F. C. **Mediação e inclusão informacional para musicistas cegos**. Orientadora: Sueli Bortolin. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

SIERRA, M. A. B. **A humanização da pessoa surda pelo atendimento educacional**: contribuições da Psicologia Histórico-cultural. 2010. 180 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/3003/1/000185254.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

SILVA, Â. M. C. **O sentir dos sentidos**: a surdocegueira em questão. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação - Educação Especial) – Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, Porto, 2011. Disponível em: <http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/738/2/TM-%20ESEPF%20angelasilva.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

SILVEIRA, J. G. Biblioteca inclusiva?: repensando barreiras de acesso aos deficientes físicos e visuais no Sistema de Bibliotecas da UFMG e revendo trajetória institucional na busca de soluções. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 11., 2000, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. Disponível em: https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais_anterior/XI-SNBU/Dados/TrabLiv/t081.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

SOUSA, S. J. F. Fisiologia e desenvolvimento da visão. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 30, p. 16-19, jan./mar. 1997. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/rmrp/article/view/807>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SKLIAR, C. Os estudos surdos em Educação: problematizando a normalidade. *In: SKLIAR, C. (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 07-32.

STROBEL, K. L. **Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História**. 2008. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/91978/261339.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 out. 2020.

TELFORD, C. W.; SAWREY, J. M. **O indivíduo excepcional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

THOMA, A. S.; PONTIN, B. R.; LOPES, L. B. Política de ações afirmativas na UFRGS: condições de acesso e permanência dos surdos na universidade. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL*, 8., 2018. **Anais [...]**. São Carlos: 2018.

WELLICHAN, D. S. P.; LINO, C. C. T. S. Aprender, ensinar e praticar: a biblioteca escolar como recurso estratégico para inclusão de pessoas com deficiências. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 19, n. 1, p. 141-158, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/13865/7705>. Acesso em: 13 out. 2020.

WIKIPEDIA. **Helen Keller**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Helen_Keller. Acesso em: 22 out. 2020.